

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2026, ÀS 10 HORAS

Ficam convocados os senhores acionistas da **IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 10 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025;
- II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2025, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2026 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- III) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2026;
- IV) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2026, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e
- V) Caso aprovada a matéria do item "IV" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I) Alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em razão do cancelamento de ações em tesouraria, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 24 de setembro de 2025;
- II) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reservas de lucros (reserva de retenção de lucros) no montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem emissão de novas ações;
- III) Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir a alteração do seu capital social e do número de ações em que o capital social se divide, caso os itens "I" e "II" acima sejam aprovados; e
- IV) Consolidar o estatuto social da Companhia, a fim de refletir as alterações propostas no item "III" acima, se aprovadas.

Informamos, ainda, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, que o Conselho Fiscal da Companhia será instalado caso acionistas representando, no mínimo, 2,0% (dois por cento) do capital social requeiraram a sua instalação, de acordo com o artigo 4º da Resolução CVM 70.

Instruções Gerais:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que AGOE será realizada em formato exclusivamente digital, reafirmando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas. A administração esclarece, ainda, que a realização da AGOE de modo exclusivamente digital decorre: (i) da prática adotada pela Companhia nos últimos anos; (ii) do fato de a modalidade exclusivamente digital ser uma forma de reduzir o absenteísmo dos acionistas nas assembleias da Companhia; e (iii) do custo-benefício inerente à realização da AGOE nesta modalidade. Nesse contexto, os acionistas poderão participar por meio da Plataforma Digital ou do envio do Boletim de Voto. Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGOE: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista poderá ser:

- (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores (www.irani.com.br/n), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida estão mencionadas na Proposta da Administração, divulgada em 23 de março de 2026 ("Proposta da Administração"); ou
- (ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente, por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGOE, deverá acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/066140976>. Em referido endereço eletrônico, o acionista poderá (i) cadastrar e submeter o seu Boletim de Voto à Companhia, usando o campo específico da Plataforma Digital, anexando todos os documentos necessários para a submissão do Boletim de Voto diretamente à Companhia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 4 (quatro) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 20 de abril de 2026, e (ii) preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação digital na AGOE descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 22 de abril de 2026.

Nos termos do artigo 27, §7º, da RCVM 81, o envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia deverá ser realizado exclusivamente por meio da Plataforma Digital.

Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro e habilitação para participação virtual na AGOE no prazo acima mencionado, contendo todos os documentos necessários, não poderão participar da AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o *upload* de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.irani.com.br/n). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).

Porto Alegre, 23 de março de 2026.
IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração



Jornal do Comércio

Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.

Baixe já o app do JC

Aplicativo disponível nas principais plataformas digitais ➔



PUBLICIDADE LEGAL



SLC AGRÍCOLA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SLC Agrícola S.A. vem pelo presente convocar os senhores acionistas da Companhia para se **reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 11h00min** ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como o Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e ratificar distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração. 3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Reratificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2025, para ajustar os valores das reservas para as quais parte do lucro de 2024 foi destinado. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **26 de abril de 2026 (inclusive)**, mediante acesso ao link: <https://assembleia.ten.com.br/556402648>. Ao acessar o link acima, o acionista será convidado a realizar um cadastro com login e senha único. A seguir, deverá anexar a documentação necessária adiante descrita, e participar e votar na assembleia através do preenchimento do Boletim de Voto à Distância ou participação e votação ao vivo na data da assembleia. Mais detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.slcagricola.com.br/>) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). A Companhia solicita que os acionistas cadastrem na Plataforma os seguintes documentos: Documentação necessária para habilitação de acionistas e representantes: 1. Acionista Pessoa Física: Documento de identidade com foto; * 2. Representante: Documento de identidade com foto do representante; 2.A. Outorgante Pessoa Física: Documento de identidade com foto. * Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso. ** 2.B. Outorgante Pessoa Jurídica: Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado; Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso; ** Regulamento do fundo (para fundos de investimento). Ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia (para fundos de investimento). * Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; ** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do código penal de Falsidade Ideológica. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o Acionista que optar por exercer direito de voto à distância por meio do Boletim de Voto à Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: o acionista deverá se cadastrar no link <https://assembleia.ten.com.br/556402648> indicando a opção de participação "via Boletim de Voto à Distância", acompanhado da documentação necessária, preencher os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA" e confirmar seu voto. Dessa forma, o acionista é considerado presente e seus votos válidos, sem precisar comparecer na data e horário marcado para a assembleia. De acordo com o art. 27 da Resolução CVM 81, a Companhia estabelece que o sistema eletrônico será o único meio de envio de Boletim de Voto à Distância (BVD) diretamente à Companhia, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM que é o escriturador da Companhia. Os acionistas que possuem posição no escritural e cadastro atualizado receberão um e-mail para votarem através de um link disponibilizado pelo Escriturador. Os acionistas que não receberem este e-mail podem solicitar as informações para voto pelo e-mail escrituracao.acao@btgpactual.com. (4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 24 de abril de 2026. Para fins do art. 4, da RCMV 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e <http://ri.slcagricola.com.br/>). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.slcagricola.com.br/>) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). Em consonância com a prática adotada nos últimos anos, a Companhia opta por realizar esta AG em formato exclusivamente digital, de modo a ampliar a participação e a interação entre os Acionistas e a Administração, assegurando esclarecimentos imediatos e simultâneos de dúvidas, independentemente da localização dos participantes, promovendo, assim, maior transparência e eficiência na condução dos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.
Eduardo Silva Logemann
Presidente do Conselho de Administração



Jornal do Comércio

Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.

Baixe já o app do JC

Aplicativo disponível nas principais plataformas digitais ➔



PUBLICIDADE LEGAL

COPÉRNICO PARTICIPAÇÕES S/A									
CNPJ 03.956.426/0001-01 - NIRE 43.300.040.241									
Companhia Fechada									
Senhores Acionistas: A administração de Copérnico Participações S/A, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V. S ^{as} , as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Porto Alegre, 20 de Março de 2026.									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024									
(Valores expressos em milhares de reais)									
ATIVO	N.E	2025	2024	PASSIVO	N.E	2025	2024		
CIRCULANTE.....		21	171	CIRCULANTE.....		17	21		
Impostos a compensar		21	171	Obrigações fiscais		17	21		
				NÃO CIRCULANTE		221	1.216		
NÃO CIRCULANTE.....		1.977	2.826	Dividendos propostos a pagar ...	5.d	221	1.216		
Partes Relacionadas.....	4	1.977	2.826	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		1.760	1.760		
				Capital social	5.a	300	300		
				Reserva de ágio	5.b	1.400	1.400		
				Reserva legal	5.c	60	60		
TOTAL DO ATIVO		1.998	2.997	TOTAL DO PASSIVO E PATRI-					
				MÔNIO LÍQUIDO		1.998	2.997		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024									
(Valores expressos em milhares de reais)									
Discriminação				Capital social		Reserva de ágio	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....				300		1.400	60	-	1.760
Lucro líquido do exercício				-		-	-	204	204
Dividendos propostos				-		-	-	(204)	(204)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....				300		1.400	60	-	1.760
Lucro líquido do exercício				-		-	-	221	221
Dividendos propostos				-		-	-	(221)	(221)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.....				300		1.400	60	-	1.760
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS									
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024									
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)									
		2025	2024						
RECEITA OPERACIONAL									
Despesas operacionais		(12)	(11)						
Resultado financeiro líquido		310	285						
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		298	274						
Imposto de renda e contribuição social		(77)	(70)						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		221	204						
Lucro por lote de mil ações.....		R\$ 735,61	R\$ 681,44						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024									
(Valores expressos em milhares de reais)									
1. CONTEXTO OPERACIONAL									
A Copérnico S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.									
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo CFC- Conselho Federal de Contabilidade.									
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS									
a) Apuração do resultado									
As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.									
b) Ativos circulante e não circulante									
Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de									
realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.									
c) Passivos circulante e não circulante									
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.									
d) Imposto de Renda e Contribuição Social									
Estão calculados com base no lucro real, sendo imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e contribuição social de 9%.									
4. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS									
DISCRIMINAÇÃO									
Real Empreendimentos S/A									
O saldo no ativo não circulante refere-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros equivalentes a juros de 99,5% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.									
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 300, é composto de 300.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.									
b) Reserva de ágio - Refere-se ao aumento de capital ocorrido em agosto de 2000.									
c) Reserva legal - É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.									
d) Dividendos - Conforme estatuto social, aos acionistas é assegurada a distribuição anual de dividendos mínimos obrigatórios, correspondente a de 25% do lucro líquido ajustado.									
A administração da sociedade propõe a distribuição de dividendos correspondentes a 100% do lucro líquido do exercício ajustado, conforme abaixo:									
DISTRIBUIÇÃO									
Lucro líquido do exercício									
Reserva legal									
Lucro líquido base para cálculo dos dividendos									
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)									
Dividendos propostos									
Diretoria									
Augusto Lauro de Oliveira Júnior									
Luciano Adures de Oliveira									
Luis Eduardo Bastos dos Santos									
Marcelo Augusto Furlan dos Santos									
Responsável Técnico									
Wesles Ramos Dias									
(Contador CRC-PR-039924-O-9-T-SP)									

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC
O ALCANCE QUALIFICADO
QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM
CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR





REAL

EMPREENDEIMENTOS

Real Empreendimentos S.A.

CNPJ 92.213.552/0001-04 - NIRE 43.300.011.429

COMPANHIA FECHADA

EMPRESA CONTROLADA POR:



100 ANOS

ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Senhores Acionistas:

A administração de Real Empreendimentos S.A, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Porto Alegre 20 de março de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					
		31.12.2025	31.12.2024			31.12.2025	31.12.2024			31.12.2025	31.12.2024			31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE				CIRCULANTE				FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES				LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		23.837	22.831
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4).....		115.027	104.258	Fornecedores.....		356	485	Deduções da receita bruta.....		(2.274)	(2.688)	Depreciações e amortizações.....		559	521
Clientes (nota 5)		13.475	16.326	Obrigações sociais e tributárias (nota 10) ..		3.509	4.529	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....		48.249	59.200	Provisão para contingências.....		16.802	23.087
Outros créditos		4.499	6.527	Dividendos a pagar (nota 9/13.c).....		18.179	12.405	Custo dos serviços prestados.....		(1.468)	(1.634)	Equivalência patrimonial.....		(5.836)	(3.357)
Estoque (nota 6)		140.091	29.541	Outros débitos (nota 11)		16.731	17.027	LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		46.781	57.566	Variação dos ativos:			
Total do ativo circulante		273.092	156.652	Total do passivo circulante.....		38.775	34.446	Despesas com vendas.....				(Aumento) redução de Clientes		2.890	(22.939)
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE				Despesas gerais e administrativas (nota 16)		(45.370)	(48.425)	(Aumento) redução de Estoques		(110.551)	(2.406)
Realizável a longo prazo				Receita diferida (nota 5)		16.446	19.002	Outras receitas operacionais		497	277	(Aumento) redução de Partes relacionadas		1.667	(9.797)
Clientes (nota 5)		14.586	14.626	Partes relacionadas (nota 9).....		4.858	4.817	LUCRO OPERACIONAL ANTES DO		7.744	12.775	(Aumento) redução de Outras contas.....		2.295	(143)
Depósitos judiciais (nota 12).....		4.539	4.806	Obrigações tributárias (nota 10).....		469	560	RESULTADO FINANCEIRO				(103.699)		(35.285)	
Partes relacionadas (nota 9).....		11.495	13.162	Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 13.d).....		7.326	7.364	RESULTADO FINANCEIRO				Variação dos passivos:			
Total do realizável a longo prazo		30.620	32.594	Provisão para contingências (nota 12).....		56.741	46.631	Despesas financeiras		(892)	(568)	Aumento (redução) de Fornecedores.....		(129)	31
				Total do passivo não circulante.....		85.840	78.374	Receitas financeiras		16.985	10.624	Aumento (redução) de Obrigações sociais e tributárias		(1.020)	75
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO				LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		23.837	22.831	Aumento (redução) de Partes relacionadas		40	979
Investimentos (nota 7)		245.355	351.734	Capital social (nota 13.a).....		49.500	49.500	Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 14)		(10.628)	(9.305)	Aumento (redução) de Outras contas.....		(9.607)	13.576
Imobilizado (nota 8)		2.661	2.643	Ações em tesouraria.....		(102)	(102)	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.209	13.526	Imposto de renda e contribuição social pagos/provisionados.....		(10.628)	(9.305)
Intangível (nota 8).....		35	35	Correção monetária do capital.....		186	186	Lucro por lote de mil ações do capital social - R\$.....		38,92	39,85	Recursos líquidos das atividades operacionais		(89.681)	13.153
Total do ativo não circulante		278.671	387.006	Ajuste de avaliação patrimonial (nota 13.d)		231.713	233.702	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Fluxo das atividades de investimento:			
Total do ativo.....		551.763	543.658	Reserva de lucros.....		145.851	147.552					Propriedades para investimento		112.215	4.228
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Total do patrimônio líquido.....		427.148	430.838					Adições e baixas de imobilizado.....		(577)	(356)
				Total do passivo e do patrimônio líquido....		551.763	543.658					Recursos líquidos das atividades de investimento.....		111.638	3.872
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								Fluxo das atividades de financiamento:			
												Dividendos e juros sobre capital próprio			
												pagos		(11.188)	(16.696)
												Ações em tesouraria		-	20.107
												Recursos líquidos das atividades de			
												financiamentos.....		(11.188)	3.411
												Aumento no caixa e equivalentes de caixa		10.769	20.436
												Demonstração da variação do caixa e			
												equivalentes de caixa:			
												Saldo no início do exercício.....		104.258	83.822
												Saldo no final do exercício.....		115.027	104.258
														10.769	20.436
										As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES

CNPJ N.º 87.762.563/0001-03

NIRE N.º 43300010007

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas da **COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2026, às 15:00 horas, de forma presencial, na sede social da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025;
- b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2025 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- c) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2026.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- a) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reservas de lucros no montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem emissão de novas ações conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração de 18 de março de 2026;
- b) Deliberar sobre a alteração do artigo 6º do estatuto social da Companhia para refletir a alteração do seu capital social, caso o item a seja aprovado; e;
- c) Consolidar o estatuto social da Companhia, a fim de refletir a alteração propostas no item "b" acima, se aprovada.

Informamos, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), que o Conselho Fiscal da Companhia poderá ser instalado caso acionistas representando, no mínimo, (i) 2,0% (dois por cento) das ações com direito a voto, ou (ii) 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, requeiram a sua instalação, de acordo com o artigo 4º da Resolução CVM 70, de 22 de março de 2022.

Instruções Gerais:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que a AGOE será realizada de forma exclusivamente **presencial**, assegurando a eficiência na tomada de decisões e a interação direta e eficaz entre os acionistas e a administração da Companhia.

A participação do acionista poderá ser pessoal, ou por procurador/representante legal devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 23 de março de 2026 ("Proposta da Administração").

Participação Presencial

Caso o acionista opte por participar pessoalmente da AGOE o próprio acionista ou seu procurador/representante legal deverá comparecer à sede da Companhia munido dos documentos que comprovem a sua qualidade de acionista e os poderes de representação, conforme descrito na Proposta da Administração.

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da decisão do I. Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGOE: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A Companhia solicita que os acionistas que têm a intenção de participar na AGOE, por si ou por meio de procurador/representante legal devidamente constituído, enviem os documentos relativos à comprovação de sua condição de acionista para o e-mail descrito abaixo, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data designada para a AGOE.

Boletim de Voto

O boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") foi disponibilizado pela Companhia nos websites de relações com investidores (ri.habitasul.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). As orientações detalhadas para o envio do Boletim de Voto estão mencionadas na Proposta da Administração.

A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros para a Companhia.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.habitasul.com.br>). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@habitasul.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303 3893 Ramal 4009/4010.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES

Pérciles Pereira Druck

Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

MK Solutions Tecnologia S.A.
CNPJ 30.420.144/0001-68 - NIRE 43.3.0007992-9
Edital de Convocação de Assembleia Extraordinária

Ficam todos(as) os(as) acionistas da **MK Solutions Tecnologia S.A.**, localizada na Cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Rua Daniel Caspary, nº 85, Higienópolis, CEP 96.825-050 ("**Companhia**"), na plenitude de seus direitos, convocados(as) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma virtual através do link <https://us02web.zoom.us/j/82618895749?pwd=SMhRbU9wYkR4bkA0cXhRbSdAIDlIeHJlV2U1>, nos termos do art. 124, § 2º-A da Lei nº 6.404/76, no dia 01 de abril de 2026 às 10h00, com a seguinte ordem do dia: (i) ratificação de adiantamentos de lucros já distribuídos; (ii) distribuição de lucros intermediários da Companhia apurados em 31 de dezembro de 2025; e (iii) outras matérias de interesse da Companhia. Açam-se à disposição dos(as) acionistas, na sede da Companhia, os documentos do artigo 135, §3º da Lei nº 6.404/76. Ainda, informa a administração que, haja vista a mudança da sede da Companhia, as publicações de convocações para Assembleias da Companhia deixarão de ser feitas no Jornal O Dia SP e passarão a ser feitas no Jornal do Comércio (RS), o que será ratificado na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **Mara Gisele Gonçalves Scarpini** - Diretora; **Telcio Elui Cardoso** - Diretor.



Assine o JC

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S/A PARTICIPAÇÕES									
CNPJ 01.093.994/0001.09 - NIRE 43.300.034.381 - Companhia Fechada									
Senhores Acionistas: A Administração de Peroli S/A Participações, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.S.s. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Porto Alegre, 20 de março de 2026.									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024									
(Valores expressos em milhares de reais)									
ATIVO			31.12.2025		31.12.2024		PASSIVO		
CIRCULANTE							31.12.2025		
Caixa e equivalentes de caixa			11		944		CIRCULANTE		
Dividendos a receber			2.222		4.394		Credores		
Impostos a compensar			8		-		Dividendos propostos/a pagar		
Total do ativo circulante			2.241		5.338		Total do passivo circulante		
NÃO CIRCULANTE							NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo							Empresas ligadas (nota 5)		
Empresas ligadas (nota 5)			32.291		27.902		Total do passivo não circulante		
Total do realizável a longo prazo			32.291		27.902		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos (nota 4.b)			112.692		118.633		Capital social (nota 6.a)		
Total do ativo não circulante			144.983		146.535		Reserva de capital		
Total do ativo			147.224		151.873		Reserva de reavaliação reflexa		
							Ajuste avaliação patrimonial controlada (nota 6.b)		
							Reserva de lucros (nota 6.c)		
							Ações em tesouraria		
							Total do patrimônio líquido		
							Total do passivo e do patrimônio líquido		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024									
(Valores expressos em milhares de reais)									
			Reserva de capital				Reserva de lucros		
							Reserva reflexa de subvenção		
							para investimentos		
							Reserva legal		
							Lucros acumulados		
							Total		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023			101.834		(94.803)		18		322
Ajuste investimento a valor de mercado									(138.178)
Reservas reflexas e outros									(11.453)
Resultado do exercício									(712)
Dividendos propostos (R\$ 111,84 por lote de mil ações)									-
Constituição de reservas									-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024			101.834		(94.803)		18		322
Ajuste investimento a valor de mercado									(150.343)
Reservas reflexas e outros									(12.660)
Resultado do exercício									(691)
Dividendos propostos (R\$ 57,81 por lote de mil ações)									-
Constituição de reservas									-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025			101.834		(94.803)		18		322
									(163.694)
									160.818
									78.778
									13.595
									(1.800)
									(7.541)
									96.868
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)					(Valores expressos em milhares de reais)				
			31.12.2025		31.12.2024		31.12.2025		
RECEITA OPERACIONAL							31.12.2024		
Resultado da equivalência patrimonial			7.782		15.409		FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Despesas operacionais			(34)		(35)		Lucro líquido do exercício		
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO EFEITO FINANCEIRO			7.748		15.374		7.579		
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO			(169)		(712)		14.662		
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			7.579		14.662		Ajuste do fluxo operacional:		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			7.579		14.662		Equivalência patrimonial		
Resultado por lote de 1.000 ações - R\$			243,39		470,89		(7.782)		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							Variação dos ativos		
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024							Variação dos passivos		
(Valores expressos em milhares de reais)							Recursos líquidos das atividades operacionais		
1. CONTEXTO OPERACIONAL							Fluxo das atividades de financiamento:		
A Peroli S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.							Pagamentos de dividendos		
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS							(3.482)		
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.							Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa		
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS							Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
a) Apuração do resultado							Saldo no início do exercício		
As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.							Saldo no final do exercício		
b) Ativos circulantes e não circulantes							(933)		
Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.							940		
c) Investimentos							As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.							5. PARTES RELACIONADAS		
d) Passivos circulantes e não circulantes							Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.		
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.							6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
4. INVESTIMENTOS RELEVANTES							a) Capital social		
O Investimento, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas em 31 de dezembro de 2025.							O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$101.834, é composto de 43.723.876 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo 31.137.462 ações em circulação, e 12.586.414 ações em tesouraria, todas sem valor nominal.		
a) Informação sobre controlada:							b) Ajuste de avaliação patrimonial		
JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A			Participação direta (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Lucro
Participações									
Em 2024			65,4903		120.000		601.120		23.540
Em 2025			65,5290		120.000		611.245		11.876
b) Movimentação do Investimento:									Josapar S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2023									117.005
Compra de Ações									191
Ajuste a Valor de Mercado									(11.453)
Reserva reflexa e outros									1.875
Equivalência patrimonial de resultado									15.409
Dividendos a receber									(4.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2024									118.633
Compra de Ações									83
Ajuste a Valor de Mercado									(12.660)
Reserva reflexa e outros									1.072
Equivalência patrimonial de resultado									7.782
Dividendos a receber									(2.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2025									112.692
DIRETORIA									
Augusto Lauro de Oliveira Júnior									
Luciano Adures de Oliveira									
Sérgio Martins de Oliveira									
CONTADORA									
Mara Lúcia Soares da Fonseca									
CRC-RS 50.772									



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Neste relatório são apresentadas as informações na forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 63,5% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

A Josapar

A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o Arroz Tio João, o Arroz Tio Mingote, Arroz Meu Biju e Feijão Meu Biju. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas Cozinha Fácil Tio João e Cozinha e Sabor, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca SupraSoy. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca Nova Oliva. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas Supremo e Órgano Mineral NPK1.

Mercado orizícola

A safra do arroz em 2024/2025 apresentou uma produção de 12,8 milhões de toneladas, safra 21% maior quando comparada à de 2023/2024, pressionando severamente os preços praticados no mercado. O preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício caiu 36% - de R\$ 113 em 2024 para 72 em 2025 - segundo dados do CEPEA. As expectativas para a safra 2025/2026, mesmo com redução de 12% da área plantada no Brasil, indicam oferta acima de 11,1 milhões de toneladas, ainda que abaixo das 12,8 milhões da safra anterior, volume considerado elevado se comparado a 3 safras anteriores. O estoque de passagem projetado para a safra 25/26 permanece ainda muito próximo à máxima histórica, estimado em 1,9 milhões de toneladas, que seguramente manterá pressionado o nível de preço do arroz em 2026.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2025 e 2024:			
	2025 (R\$ Mil)	2024 (R\$ Mil)	Variação % e p.p.
Vendas Brutas	1.940.757	2.385.271	-444.514
Vendas Líquidas	1.802.130	2.212.219	-410.089
Lucro Bruto	440.369	467.510	-27.141
% LB s/VL	24%	21%	3,30%
Ebitda	103.422	123.479	-20.057
% Ebitda s/VL	6%	6%	0,16%
Lucro Líquido controladores	11.876	23.540	-11.664
% LL s/VL	0,66%	1,06%	-0,41%

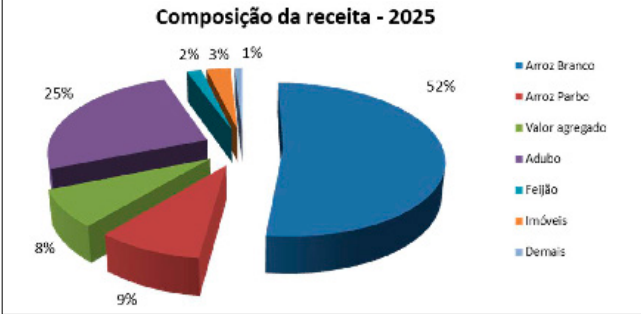
Investimentos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 48 milhões (R\$ 8 milhões em 2024) e estão majoritariamente direcionados na transferência da unidade de fertilizantes da cidade de Pelotas-RS para a cidade de Rio Grande-RS, cujo financiamento sob a linha BNDES Emergencial, fora contratado ao final de 2024. O início de operação desta unidade está previsto para o primeiro semestre de 2027.

Vendas totais

A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil da linha de alimentos, produtores rurais no segmento de fertilizantes e insumos agrícolas e também clientes no mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi

de R\$ 1,9 bilhão no exercício, predominantemente ocasionado pela queda de preço do arroz.



Mercado externo

A Companhia exportou R\$ 164 milhões em 2025, equivalentes a 8,2% da receita total, ante 9% em 2024 - quando exportou R\$ 212 milhões. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos mercados.

Margem bruta

A margem bruta da Companhia foi de 24% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 440 milhões). A queda de escala do setor de grãos no Brasil e o desempenho do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no exercício.

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R\$ 103 milhões, representando 6% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R\$ 123 milhões ou 6% das vendas líquidas. O desempenho operacional de 2025 encontra-se em linha com desempenhos históricos da Companhia.

Endividamento bancário líquido

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 415 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 62,7 milhões, contra R\$ 59 milhões do ano anterior. O ambiente macroeconômico foi marcado por uma taxa de juros média da ordem de 15% ao ano, ante aproximadamente 11% no ano de 2024, elevando o custo financeiro dos financiamentos necessários à sustentação do capital de giro da Companhia. Ao final de 2025 foi contratada uma nova linha do BNDES, denominada Brasil Soberano, que passa a deixar o custo médio do capital de giro operacional da empresa mais baixo e leva a empresa a apresentar uma estrutura de endividamento mais equilibrada, com apenas 30% do total dos financiamentos classificados no curto prazo, provendo a empresa do volume de caixa suficiente para sustentar suas estratégias comerciais ao longo de 2026.

Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 327 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com sua estratégia operacional.

Lucro líquido

A conjuntura de queda dos preços da matéria-prima influenciou diretamente a margem e a rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2025 atingiu R\$ 11,8 milhões (R\$ 1.222 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2024 foi de R\$ 23,5 milhões (R\$ 2.225 pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 767 milhões contra R\$ 764 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis

Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca Tio João, no arroz e feijão a marca Meu Biju, na soja a marca Suprasoy, nos insumos a marca Supremo - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br - www.tiojoao.com.br - www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos

A Companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, dica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a Companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão.

Política de Equidade (Lei nº 15.177/2025): Conforme expresso em seu Código de Ética e Conduta - aprovado pela Administração e divulgado em seu site institucional - e intensificado através de treinamento anual a todos os seus colaboradores, a Companhia trata temas de combate a discriminação e de respeito e valorização da diversidade, reforçando a obrigação de promover a equidade de tratamento sem discriminação de origem, raça/cor, gênero, orientação sexual, cor, idade, crença, deficiência ou quaisquer outras formas. Mantém política de remuneração com base em critérios objetivos, considerando as responsabilidades, a complexidade das funções, o desempenho e a equidade interna, de forma a assegurar tratamento justo e isonômico aos colaboradores, a fim de garantir práticas de remuneração justas, equitativas e alinhadas aos princípios de diversidade, inclusão e desempenho em sua estratégia de gestão de pessoas.

Relacionamento com Auditores Independentes

Segundo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 80/22, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Agradecimentos

A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Os funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)										DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)							
ATIVO		Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado		RECEITA OPERACIONAL BRUTA		Controladora		Consolidado		
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024			31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	
CIRCULANTE						CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa(nota 4.b)						Fornecedores (nota 12)						RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Clientes(nota 6)						Instituições financeiras(nota 13)						Mercado interno					
Estoques(nota 7)						Arrendamento Mercantil						Mercado externo					
Adiantamentos a fornecedores(nota 8)						Obrigações sociais e tributárias.....						Deduções da receita bruta					
Impostos a compensar(nota 9)						Dividendos propostos(nota 16.e)						RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....					
Outras contas						Credores diversos.....						Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 17)					
Total do ativo circulante						Provisão para contingências(nota 20) ..						LUCRO OPERACIONAL BRUTO					
						Outras contas						(1.359.314)					
						Total do passivo circulante.....						LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
												94.826					
												RESULTADO FINANCEIRO					
												112.499					
												(196.838)					
												(84.339)					
												-					
												(2.869)					
												10.487					
												(9.705)					
												11.094					
												(303)					
												11.876					
												23.540					
												16.792					
												28.902					
												11.876					
												23.540					
												16.792					
												28.902					
												1.122,25					
												2.224,44					
												1.122,25					
												2.224,44					



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Obrigações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na nota explicativa 13, as demonstrações financeiras consolidadas da JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações incluem R\$ 1.294.625 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R\$ 402.541 mil e R\$ 892.084 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 84% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R\$ 342.306 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMI/PCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?
Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 20 de março de 2026.

Luiz Fernando Silva Soares
Contador – CRCRS nº 33.964
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC RS nº 009308/F
CVM 12.220

Jornal do Comércio

TUDO AO SEU ALCANCE, NO SEU TEMPO

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS

Baixe o App
e conecte-se
à informação com
apenas um clique!

PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S/A IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL									
CNPJ 92.192.236/0001-95 – NIRE 43.300.016.901									
Companhia Fechada									
Senhores Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. S ^{as} . as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Porto Alegre, 20 de março de 2026.									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024									
(Valores expressos em milhares de reais)									
ATIVO	31.12.2025	31.12.2024	PASSIVO	31.12.2025	31.12.2024				
CIRCULANTE			CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	1	53	Dividendos propostos/a pagar	418	785				
Dividendos a receber	909	1.234	Total do passivo circulante	418	785				
Total do ativo circulante	910	1.287	NÃO CIRCULANTE						
NÃO CIRCULANTE			Empresas ligadas (nota 5)	3.346	3.312				
Realizável a longo prazo			Total do passivo não circulante	3.346	3.312				
Empresas ligadas (nota 5)	344	344	PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Total realizável a longo prazo	344	344	Capital social (nota 6.a)	622	622				
Investimentos (nota 4.b)	22.133	23.314	Reserva de capital	6	6				
Total do ativo não circulante	22.477	23.658	Reserva de reavaliação reflexa	30	30				
Total do ativo	23.387	24.945	Ajuste avaliação patrimonial reflexa (nota 6.b)	(33.272)	(30.558)				
			Reserva de lucros (nota 6.c)	59.031	57.542				
			Ações em tesouraria	(6.794)	(6.794)				
			Total do patrimônio líquido	19.623	20.848				
			Total do passivo e patrimônio líquido	23.387	24.945				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024									
(Valores expressos em milhares de reais)									
	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de Avaliação patrimonial reflexa	Reserva para investimentos e capital de giro	Reserva legal	Reserva de lucros reflexa de subvenção para investimentos	Lucros acumulados
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	622	(6.794)	6	30	(28.085)	39.541	124	14.748	-
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(2.473)	-	-	-	882
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.996
Dividendos propostos (R\$2.096,14 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(749)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	3.129	-	-	(3.129)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	622	(6.794)	6	30	(30.558)	42.670	124	14.748	-
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(2.714)	-	-	-	358
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.508
Dividendos propostos (R\$ 1.055,13 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(377)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	225	-	1.264	(1.489)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	622	(6.794)	6	30	(33.272)	42.895	124	16.012	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras									
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO				
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)					(Valores expressos em milhares de reais)				
	31.12.2025	31.12.2024				31.12.2025	31.12.2024		
RECEITA OPERACIONAL					FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado da equivalência patrimonial		1.540	2.980		Lucro líquido do exercício				
Receitas operacionais		-	49		Ajuste do Fluxo operacional:				
Despesas operacionais		(33)	(33)		Equivalência patrimonial	(1.540)	(2.980)		
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		1.507	2.996		Variação dos ativos	3.046	2.637		
Resultado financeiro líquido		1	-		Variação dos passivos	(2.317)	(2.226)		
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.508	2.996		Recursos líquidos das atividades operacionais	697	427		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.508	2.996		Fluxo das atividades de financiamento:				
Lucro por lote de mil ações R\$		4.220,51	8.384,54		Pagamentos de dividendos	(749)	(526)		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						(749)	(526)		
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa ...				
(Valores expressos em milhares de reais)					Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
					Saldo no início do exercício				
					Saldo no final do exercício				
					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
1. CONTEXTO OPERACIONAL					5. PARTES RELACIONADAS				
A Ferragens Vianna S/A Importadora e Comércio em Geral é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.					Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.				
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.					a) Capital social				
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS					O capital social no valor de R\$ 622, subscrito e integralizado, é composto por 460.360 ações ordinárias, sendo 357.292 em circulação e 103.068 em tesouraria, todas sem valor nominal.				
a) Apuração do resultado					b) Ajuste de avaliação patrimonial				
As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.					Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial do investimento e de bens de controladas, líquidos dos tributos e realizações.				
b) Ativos circulantes e não circulantes					c) Reserva de lucros				
Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.					• Reserva legal – É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo desta conta atingiu o limite estatutário.				
c) Investimentos					• Reserva para investimentos e capital de giro – Constituída conforme o estatuto social da Companhia, depois de assegurada a distribuição dos dividendos obrigatórios, 25% do lucro ajustado conforme lei 6.404/76.				
Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.					• Reserva reflexa de Subvenção para investimentos – Refere-se a incentivos governamentais caracterizados como subvenção para investimentos na Controlada Josapar- Joaquim Oliveira S/A Participações, registrada de forma reflexa.				
d) Passivos circulantes e não circulantes					d) Dividendos				
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.					Os dividendos são calculados conforme prevê o Estatuto Social, demonstrados como segue.				
4. INVESTIMENTOS RELEVANTES									
O investimento relevante está representando a participação societária na controlada Peroli S/A Participações e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas em 31 de dezembro de 2025.									
a) Informação sobre controlada:									
	Participação direta (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro		31.12.2025	31.12.2024		
Peroli S/A Participações	20,325	101.834	102.678	14.662	Lucro líquido do exercício	1.508	2.996		
Em 2024	20,325	101.834	102.678	14.662	Base de cálculo dos dividendos	1.508	2.996		
Em 2025	20,325	101.834	96.868	7.579	Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	377	749		
b) Movimentação do Investimento:						377	749		
	Peroli S.A.	Outros	Total						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.084	1.807	22.891						
Reserva reflexa e outros	(1.849)	-	(1.849)						
Equivalência patrimonial de resultado	2.980	-	2.980						
Dividendos a receber	(708)	-	(708)						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.507	1.807	23.314						
Reserva reflexa e outros	(2.355)	-	(2.355)						
Equivalência patrimonial de resultado	1.540	-	1.540						
Dividendos a receber	(366)	-	(366)						
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.326	1.807	22.133						
					DIRETORIA				
					Augusto Lauro de Oliveira Júnior				
					Luciano Adures de Oliveira				
					Sérgio Martins de Oliveira				
					CONTADORA				
					Mara Lúcia Soares da Fonseca				
					CRC-RS 50.772				

Urbia Cânions Verdes S.A.

CNPJ 42.699.600/0001-30

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.S's., o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2025, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 23/03/2026.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)									
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024		Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024	
Caixa e equivalentes de caixa	5	107	228		Fornecedores	—	754	1.651	
Contas a receber de clientes	6	619	383		Empréstimos e financiamentos	10	80.068	52.384	
Impostos e contribuições a recuperar	7	376	403		Obrigações e encargos trabalhistas	—	835	699	
Adiantamentos diversos	—	10	5		Obrigações tributárias	—	460	473	
Estoques	—	6	2		Adiantamento de clientes	—	—	12	
Despesas antecipadas	—	110	126		Outras obrigações a pagar	—	154	94	
Não circulante		1.228	1.147				82.271	55.313	
Impostos e contribuições diferidos	16	21.089	16.755		Não circulante				
Partes relacionadas	8	200	210		Empréstimos e financiamentos	10	48.695	55.210	
Despesas antecipadas	—	151	182		Partes relacionadas	8	5.163	6.893	
		21.440	17.147		Provisões para contingências	—	22	22	
Imobilizado	—	1.343	1.365				53.880	62.125	
Intangível operacional	9	83.376	74.954		Total do passivo		136.151	117.438	
		84.719	76.319		Capital social	11	12.275	9.795	
		106.159	93.466		Prejuízos acumulados	—	(41.039)	(32.620)	
		107.387	94.613		Total do patrimônio líquido		(28.764)	(22.825)	
					Total do passivo e patrimônio líquido		107.387	94.613	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)			
	Capital social subscrito	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.795	(22.459)	(12.664)
Prejuízo do exercício	—	(10.161)	(10.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.795	(32.620)	(22.825)
Integralização de capital	2.480	—	2.480
Prejuízo do exercício	—	(8.419)	(8.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	12.275	(41.039)	(28.764)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: Em 19 de maio de 2021, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Construcap") sagrou-se vencedora da Concorrência nº 1/2020, licitação realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, para a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de concessão destinada à realização dos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral ("Parques"). Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósito específico ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Cânions Verdes S.A. ("Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 01/2021 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.853, sala 02, Centro - Cambará do Sul - RS. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 13 de julho de 2021, sob o CNPJ 42.699.600/0001-30, e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de parques nacionais sob o regime de concessão, mais especificamente aqueles relacionados aos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral ("Parques"). O capital social da Sociedade foi subscrito no valor de R\$ 9.795. Houve o pagamento da Outorga Fixa ("Outorga Fixa"), no valor de R\$ 20.500 mil, devida ao ICMBio em contrapartida à delegação da exploração dos serviços integrantes da concessão antes da assinatura do Contrato de Concessão. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 12 de agosto de 2021 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o ICMBio ("Poder Concedente") e a Urbia Cânions Verdes S.A., no valor de R\$ 29.867 mil, que corresponde à projeção do somatório dos investimentos obrigatórios previstos ao longo da Concessão, somado à projeção das outorgas fixa e variável devidas ao longo de toda a Concessão, conforme projetado nos documentos referenciais da Licitação e conforme Anexo I do Contrato de Concessão, com vigência total de 30 anos, sendo que durante os quatro primeiros anos deverão ser realizados os principais investimentos da Concessão. O extrato do Contrato de Concessão foi publicado no Diário Oficial da União nº 155, em 17 de agosto de 2021. Referente ao setor de atuação da Sociedade, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, em seu artigo 11, "os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico". Além disso, os Parques são porções do território nacional que, em virtude de seus elevados atributos naturais ou histórico-culturais, estão sob cuidado do Governo Federal, garantido, assim, seu caráter perene para o bem-estar da humanidade, a conservação da biodiversidade e o provimento de serviços ambientais, com destaque ainda à visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo Plano de Manejo da Unidade. A operação, direitos e deveres da Concessionária restringem-se às áreas de uso público dos Parques, nas quais há fluxo de visitação, atividades comerciais e operacionais. Neste sentido, a Sociedade desempenha o serviço público de orientação à visitação e oferecimento de variados serviços e facilidades aos visitantes, como bilheteria, controle de estacionamento, transporte interno, banheiros, áreas de hospedagem, serviços de alimentação e bebidas entre outros. Além disso, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, administração, operação, manutenção e serviços de engenharia dos parques, seguindo o objeto do próprio Contrato de Concessão, acima destacado. Para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão, principalmente aqueles relativos aos investimentos, obras e intervenções a serem realizados e aos custos absorvidos dentro das áreas de uso público, a Concessionária detém determinados direitos emergentes do Contrato, que se traduzem na arrecadação de receitas nos Parques. Incluem-se nestas a cobrança de ingresso, e receitas acessórias, dentre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos neste. Na data-base das demonstrações contábeis, a Sociedade apresenta Capital Circulante Líquido negativo, decorrente principalmente da estrutura de financiamento das operações e da natureza das obrigações assumidas no curso normal dos negócios. A Administração esclarece que o Capital Circulante Líquido negativo não representa risco à continuidade operacional da Companhia, tendo em vista que suas operações estão inseridas no contexto de contrato de concessão de longo prazo, no qual a geração de caixa ocorre de forma recorrente ao longo do período de vigência da concessão. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R\$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3. As demonstrações contábeis apresentadas foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2026. **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: **• Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;** **• Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;** **• Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;** **• Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;** **• Exemplos ilustrativos;** e **• Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.** A Sociedade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Sociedade, por três razões principais: **• a Sociedade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;** **• a Sociedade não mantém operações**

no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e **• Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.** Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Sociedade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos. **b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima.** Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil. A Sociedade não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados à sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis. **c) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO):** Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Entidades abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidencição dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (IC02e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO). A Sociedade precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários. A Sociedade avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **2.3. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: **a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 -** classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 -** podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.** Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e a aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Sociedade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerais em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; **• Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. As estimativas de perdas avaliadas como "prováveis", estão reconhecidas no montante de R\$ 22 e refere-se a ações trabalhistas. Os passivos avaliados como perdas "possíveis" estão divulgados na nota explicativa 17 e os avaliados como perdas "remotas" não são provisionados e nem divulgados. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for aplicável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento das Outorgas Fixa e Variável. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e é amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque. Até o atual período, os itens ativados no

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	12	7.565	6.600
Custos dos serviços prestados	13	(6.869)	(6.895)
Lucro (prejuízo) bruto		696	(295)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	14	(8.225)	(11.042)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	—	(1)	55
Prejuízo antes do resultado financeiro		(7.530)	(11.282)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	36	82
Despesas financeiras	15	(5.259)	(4.179)
		(5.223)	(4.097)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.753)	(15.379)
Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro líquido (diferidos)	16	4.334	5.218
Prejuízo do exercício		(8.419)	(10.161)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(8.419)	(10.161)
Total do resultado abrangente do exercício	(8.419)	(10.161)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.753)	(15.379)

Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Apropriação de encargos sobre mútuo	750	545
Apropriação de encargos sobre empréstimos	3.488	2.365
Provisões para contingências	—	22
Amortização do intangível	2.348	2.023
Depreciação	208	188
	(5.959)	(10.236)

Variações nas contas patrimoniais		
Contas a receber de clientes	(236)	129
Impostos e contribuições a recuperar	27	(166)
Adiantamento diversos	(5)	36
Estoques	(4)	7
Despesas antecipadas	47	(21)
Fornecedores	(897)	284
Obrigações e encargos trabalhistas	136	(996)
Obrigações tributárias	(13)	(67)
Adiantamento de clientes	(12)	12
Outras obrigações a pagar	60	1
	(897)	(781)
Juros pagos	(12.512)	(5.769)
	(19.368)	(16.786)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Custo de ativação do intangível	(1.199)	(3.393)
Aquisições do Imobilizado	(186)	(412)
	(1.385)	(3.805)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	26.450	52.540
Amortização de empréstimos e financiamentos	(5.828)	(34.335)
Contas correntes com partes relacionadas	(2.470)	2.513
Integralização de Capital	2.480	—
	20.632	20.718

Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	228	101
No final do exercício	107	228
	(121)	127

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre empréstimos bancários, alguns investimentos realizados na infraestrutura e gastos em desenvolvimento e prestação de serviços. **d. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base de método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. **e. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere à Concessionária o direito de propriedade da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem, portanto, direitos para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço público durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é realizada com base no período contratual de 30 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada em cada parque. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável que corresponderá a um percentual de 1,6% sobre a Receita Operacional Bruta, a ser recolhido mensalmente a partir do 49º mês de vigência do Contrato de Concessão, até o 10º dia útil do mês subsequente. O percentual da outorga variável pode ser acrescido de até 1,0% nos termos do Capítulo V na Cláusula 18º do Contrato de Concessão, sistema de mensuração de desempenho. **f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para ajuste do valor contábil líquido frente ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). Não foram apurados redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*) para o presente exercício. **g. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **h. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **i. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. Todos os aportes de capital obrigatórios segundo o Contrato de Concessão já foram executados conforme prazos e condições ali dispostos. **j. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **k. Receita operacional:** As receitas da Sociedade serão registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronun-

continua →

★ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Urbia Cânions Verdes S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A.
CNPJ 89.772.065/0001-69 – NIRE 43 3 0001921 7
AVISO AOS ACIONISTAS
A **Metalúrgica Hassmann S.A.** ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que se encontram disponíveis, na sua sede social, situada na cidade de Imigrante-RS, à Av. Ito João Snell, nº 178, Centro - CEP 95.885-000, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, referidos no artigo 133, da Lei 6.404/76. Imigrante/R.S, 23 de março de 2026
Carlos Hassmann - Presidente

Jornal do Comércio

O CONTEÚDO
QUE FAZ
A DIFERENÇA
NO SEU
DIA A DIA.

Escaneie o
QRCode e
acesse o
canal
do JC





COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES

COMPANHIA ABERTA

Av. Carlos Gomes, 400 - sala 505, Ed. João Bejaimim Zaffari - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 87.762.563/0001-03
NIRE 43300010007

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos Senhores Acionistas e ao público em geral as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor Independente sobre o exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2025 da Companhia Habitasul de Participações, que tem por atividade preponderante a participação, majoritária ou minoritária, no capital de outras sociedades de ramos diversificados. Os negócios da Companhia estão organizados em dois segmentos: Segmento Negócios Imobiliários e Segmento Prestação de Serviços. A Companhia conta ainda com resultado obtido através de equivalência patrimonial das participações minoritárias nas coligadas Irani Participações S.A. e Irani Papel e Embalagem S.A.

Destques 2025
A Receita Operacional Líquida consolidada da Companhia apresentou aumento de 27,06% no ano de 2025 em relação ao ano de 2024, especialmente pela venda dos imóveis Campos da Fazenda e Cynamid, localizados no estado do Rio Grande do Sul.
O Resultado Líquido positivo no ano de 2025 foi de R\$ 74.581 mil, frente ao Resultado Líquido de R\$ 14.959 mil do ano de 2024. Variação positiva impactada diretamente pela receita de venda de imóveis ocorridas em 2025.

1- Desempenho Econômico-Financeiro

Principais Indicadores

Dados Consolidados - R\$ mil

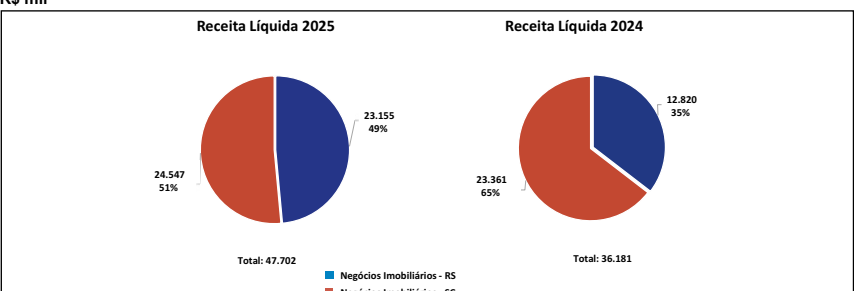
	2025	2024	2024 x 2025
1. Receitas			
Receita Operacional Líquida	67.165	52.862	27,06%
Negócios Imobiliários	47.702	36.181	31,84%
Prestação de Serviços	19.463	16.681	16,68%
2. Resultados			
Resultado Operacional antes dos tributos	91.958	3.939	2234,56%
Negócios Imobiliários	32.384	(68.765)	147,09%
Prestação de Serviços	(314)	(7.937)	96,04%
Outros Negócios	59.889	80.641	-25,73%
IR e CSLL	(17.378)	11.020	-257,70%
Negócios Imobiliários	(16.111)	14.474	-211,31%
Prestação de Serviços	(1.267)	(3.454)	63,33%
Resultado Líquido das Operações	74.581	14.959	398,57%
Negócios Imobiliários	16.273	(54.291)	129,97%
Prestação de Serviços	(1.581)	(11.391)	86,12%
Outros Negócios	59.889	80.641	-25,73%
Resultado Líquido	74.581	14.959	398,57%

2. Desempenho Operacional

2.1. Segmento Negócios Imobiliários

2.1.1. Receitas

Neste segmento estão contempladas as empresas que predominantemente operam no desenvolvimento de produtos imobiliários. Abaixo a participação dessas empresas na Receita Líquida:



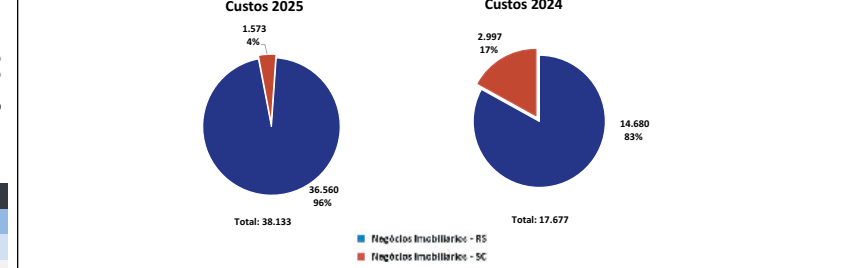
A Receita Operacional Líquida dos Negócios Imobiliários foi de R\$ 47.702 mil no ano de 2025, apresentando um crescimento de 31,84% em relação ao ano de 2024, impactado principalmente pela venda de imóveis localizados no Rio Grande do Sul (Campos da Fazenda e Cynamid). A comercialização de imóveis, um dos principais componentes da Receita Operacional Líquida, ocorreu conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empreendimento	2025	2024	2024 x 2025
Porto vende - Alvorada/RS	0	473	-100,00%
Porto vende Etapa 4 - Alvorada/RS - Fase D	0	521	-100,00%
Porto vende Etapa 1	7	0	100,00%
Porto vende Etapa 2 - Fase 1	67	0	100,00%
Justim Porto Alegre	75	0	100,00%
Campos da fazenda	8.076	0	100,00%
Loteamento Humaitá - Parque Benedito	85	0	100,00%
Terreno urbano - Cúcio	0	9.500	-100,00%
Imóveis Analitos - RS	374	1.316	-71,57%
Cynamid	17.000	0	100,00%
Gruja Esperança	333	1.520	-78,06%
Agua Belas	30	1.250	-97,60%
Sub Total	26.065	14.588	78,77%
Jureir Beach Village	0	486	-100,00%
Apartamentos Empreendimento L.C	358	3.000	-88,00%
Apartamentos Empreendimento JBV	0	0	0,00%
Platina 3	0	0	0,00%
Sub Total	358	3.486	0,00%
Jureir Empreendimentos Imobiliários e Serviços	0	0	0,00%
Sub Total	0	0	0,00%
Total comercialização de imóveis	26.423	18.066	46,3%

2.1.2. Custos

Os Custos dos Bens e Serviços Vendidos em 2025 totalizaram R\$ 38.133 mil ante R\$ 17.677 mil no ano de 2024, representando um aumento de 115,72%, justificado principalmente pela venda dos imóveis Campos da Fazenda e Cynamid, na coligada Habitasul desenvolvimento imobiliários S/A.

R\$ mil



2.1.3. Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas do ano de 2025 apresentaram aumento de 11,61% em comparação com o 2024, os dois períodos sofreram impacto de contingências e condenações provisionadas pela Companhia, sendo elas de natureza: cíveis, trabalhistas e tributárias, totalizando R\$ 23.916 mil em 2024 e R\$ 23.505 mil em 2025. Excluindo o efeito das contingências e condenações, as despesas administrativas seriam R\$ 41.957 mil em 2024 ante a R\$ 50.019 mil de 2025, apresentando assim um aumento de 19,21%, impactado principalmente por rescisões ocorridas durante o ano de 2025.

Empreendimento	2025	2024	2024 x 2025
Etapas Jureir Internacional/SC	8.465	6.460	31,04%
Quadra 5	6	0	100,00%
SAE	883	3.684	-76,03%
Novo Restaurante JBV	0	131	-100,00%
Imóveis Open Shopping	0	0	0,00%
Imóveis Jureir Beach Village	0	0	0,00%
Reforma sede	0	18	-100,00%
Total de Investimentos - SC	9.354	10.292	-9,12%
Humaitá	0	2.000	-100,00%
Reforma Almoarifado	0	0	0,00%
Cynamid	0	0	0,00%
Futura Sede	0	0	0,00%
Outros Imóveis - RS	0	0	0,00%
Total de Investimentos - RS	0	2.000	-100,00%
Total de Investimentos	9.354	12.292	-23,90%

2.1.4. Investimentos

Os investimentos em obras e empreendimento realizados no ano de 2025, apresentaram redução de 23,90% comparado com o ano de 2024.

R\$ mil

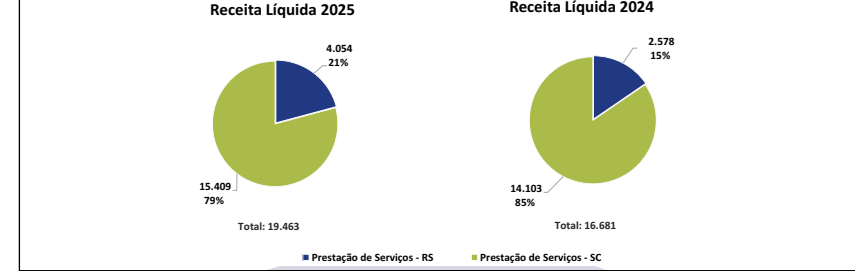
Empreendimento	2025	2024	2024 x 2025
Etapas Jureir Internacional/SC	8.465	6.460	31,04%
Quadra 5	6	0	100,00%
SAE	883	3.684	-76,03%
Novo Restaurante JBV	0	131	-100,00%
Imóveis Open Shopping	0	0	0,00%
Imóveis Jureir Beach Village	0	0	0,00%
Reforma sede	0	18	-100,00%
Total de Investimentos - SC	9.354	10.292	-9,12%
Humaitá	0	2.000	-100,00%
Reforma Almoarifado	0	0	0,00%
Cynamid	0	0	0,00%
Futura Sede	0	0	0,00%
Outros Imóveis - RS	0	0	0,00%
Total de Investimentos - RS	0	2.000	-100,00%
Total de Investimentos	9.354	12.292	-23,90%

2.2. Segmento Prestação de Serviços

2.2.1. Receitas

A Receita Operacional Líquida do segmento Prestação de Serviços em 2025 foi de R\$ 19.463 mil e apresentou aumento de 16,68% comparado com 2024.

R\$ mil

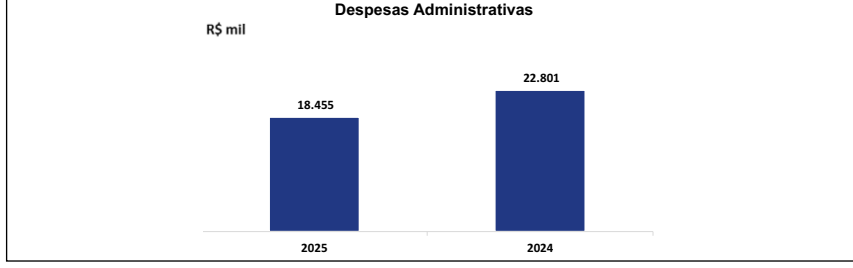


	Controladora	Consolidado
ATIVO	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE	5.657	13.613
Caixa e equivalentes de caixa	05	566
Clientes	06	-
Estoques	08	-
Impostos a recuperar	1.848	1.628
Dividendos a receber	3.719	11.219
Outros créditos	07	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	792.777	812.220
Ativo realizável a longo prazo	29.838	20.062
Depósitos judiciais e caucões	06	-
Partes relacionadas	09	17.227
Tributos diferidos	10	12.611
Estoques	08	-
Investimentos	11	126.160
Participações em coligadas	11	126.160
Outros	12	61
Propriedades para investimentos	13	61
Intangível	12	28
TOTAL DO ATIVO	798.434	825.833

	Controladora	Consolidado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE	156.516	174.774
Fornecedores	14	5.760
Empréstimos e financiamentos	109.544	76.737
Obrigações sociais e previdenciárias	276	276
Dividendos a pagar	16	59
Partes relacionadas	09	202
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.037	80.236
Fornecedores	14	78.393
Provisão para contingências	15	2.037
Impostos, taxas e contribuições	16	-
Outros créditos a pagar	10	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	640.081	639.815
Capital social	307.182	277.182
Reservas de lucros	303.698	320.340
Ajuste de avaliação patrimonial	29.039	42.131
TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LIQ.	798.434	825.833

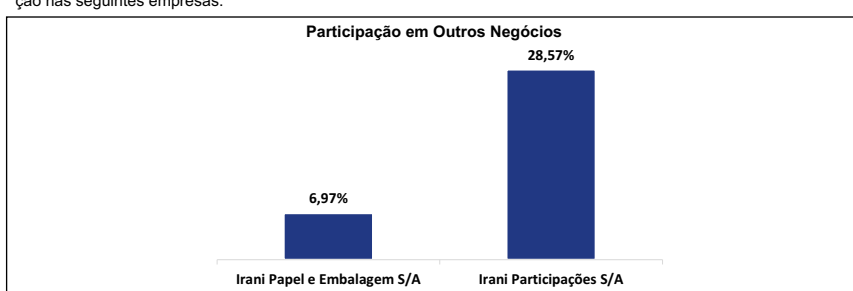
2.2.2. Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas do ano de 2025 apresentaram redução de 19,06% comparado com ano de 2024.



2.3 - Participação em Outros Negócios

A Companhia participa de forma minoritária em outros negócios e reconhece no resultado a equivalência patrimonial o ganho de venda de ações em coligadas. Em 2025 a Companhia, diretamente ou por suas controladas, detém participação nas seguintes empresas:



A participação em outros negócios no ano de 2025 foi de R\$ 59.860 mil e apresentou redução de 25,77% comparado com o ano de 2024, ocorrido principalmente pela redução no resultado de equivalência patrimonial e venda de ações da coligada Irani Papel e Embalagem S.A., neste ano.

3. Endividamento Bancário Consolidado

Endividamento	2025	2024	2024 x 2025
Curto Prazo	14.858	15.884	-6,46%
Longo Prazo	175.060	255.243	-31,41%
Total Bruto	189.918	271.127	-29,95%
Caixa e Equivalência de caixa	14.446	37.541	-61,52%
Total Líquido	175.472	233.586	-24,88%

Conforme demonstrado no quadro acima, o endividamento bancário líquido consolidado no ano de 2024 era de R\$ 233.586 mil e apresentou redução de 24,88% comparado com ano de 2025, principalmente devido a transferência da dívida do BTG da Companhia Habitasul de Participações para Irani Participações.

4. Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é composto por 9.133.687 ações, sendo 3.152.764 ordinárias e 5.980.923 preferenciais, divididos em 5.950.327 PN'A e 30.596 PN'B.

5. Prestação de outros serviços pelo Auditor Independente

A Diretoria da Companhia, em atenção ao que dispõe a Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informa que a BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples Ltda., na qualidade de firma responsável pela auditoria externa das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, não prestou outros serviços não-relacionados aos trabalhos típicos dos auditores independentes durante o ano de 2025 e não a emissão do seu Relatório sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A relação da Companhia com os auditores independentes está baseada nos princípios que regem uma auditoria independente e o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho. O auditor não deve ter nenhuma participação na administração da Companhia, o que não pode ter participação em ações que possam trazer interesse à Companhia.

6. Revisão, Discussão e Aprovação do Relatório do Auditor Independente

Atendendo ao que dispõe o Art. 27 da Resolução nº 80/22 da Comissão de Valores Mobiliários, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no Relatório do Auditor Independente, emitido em 23 de março de 2026, com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício em 31 de dezembro de 2025 (Controladora e Consolidado).

Porto Alegre/RS, 23 de março de 2026.

Adm. Habitasul

	Controladora	Consolidado
ATIVO	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE	5.657	13.613
Caixa e equivalentes de caixa	05	566
Clientes	06	-
Estoques	08	-
Impostos a recuperar	1.848	1.628
Dividendos a receber	3.719	11.219
Outros créditos	07	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	792.777	812.220
Ativo realizável a longo prazo	29.838	20.062
Depósitos judiciais e caucões	06	-
Partes relacionadas	09	17.227
Tributos diferidos	10	12.611
Estoques	08	-
Investimentos	11	126.160
Participações em coligadas	11	126.160
Outros	12	61
Propriedades para investimentos	13	61
Intangível	12	28
TOTAL DO ATIVO	798.434	825.833

	Controladora	Consolidado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE	156.516	174.774
Fornecedores	14	5.760
Empréstimos e financiamentos	109.544	76.737
Obrigações sociais e previdenciárias	276	276
Dividendos a pagar	16	59
Partes relacionadas	09	202
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.037	80.236
Fornecedores	14	78.393
Provisão para contingências	15	2.037
Impostos, taxas e contribuições	16	-
Outros créditos a pagar	10	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	640.081	639.815
Capital social	307.182	277.182
Reservas de lucros	303.698	320.340
Ajuste de avaliação patrimonial	29.039	42.131
TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LIQ.	798.434	825.833

	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício	74.581	14.958
Ajustes	(17.707)	(35.874)
Resultado da alienação de investimentos	-	12.952
Depreciação e amortização	2	2.458
Variação do valor justo das propriedades para investimentos	-	(50.686)
Reversão de provisões perdas esperadas e para desvalorização de estoques	194	(935)
Provisão (reversão) das contingências	(75.558)	(27.256)
Redução do valor realizável líquido	-	(3.941)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14.273	14.260
Variações nos ativos e passivos	14.273	14.260
Contas a receber	-	(44.704)
Estoques	(21)	(99)
Impostos a recuperar	(75)	10
Fornecedores	1	(4)
Impostos, taxas e contribuições	29	(6)
Outras contas a pagar	(30.401)	(8.910)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(34.682)	(14.467)
Fluxo de caixa da atividade operacional	34.682	(14.467)
Fluxo de caixa da atividade de investimentos	31.12.2025	31.12.2024
Imobilizado e Intangível	55.000	45.859
Dividendos recebidos	-	30.522
Propriedades para investimentos	-	(8.523)
Im investimentos	24.195	12.357
Recebimento de dividendos de investimento	79.195	58.417
Fluxo de caixa da atividade de investimentos	79.195	58.417
Fluxo de caixa da atividade de financiamentos	31.12.2025	31.12.2024
Capitais	-	9.037
Partes relacionadas	(10.994)	(23.493)
Dividendos recebidos	14.273	14.260
Fluxo de caixa da atividade de financiamentos	34.682	(14.467)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(477)	(23.095)

	Controladora	Consolidado
ATIVO	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE	5.657	13.613
Caixa e equivalentes de caixa	05	566
Clientes	06	-
Estoques	08	-
Impostos a recuperar	1.848	1.628
Dividendos a receber	3.719	11.219
Outros créditos	07	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	792.777	812.220
Ativo realizável a longo prazo	29.838	20.062
Depósitos judiciais e caucões	06	-
Partes relacionadas	09	17.227
Tributos diferidos	10	12.611
Estoques	08	-
Investimentos	11	126.160
Participações em coligadas	11	126.160
Outros	12	61
Propriedades para investimentos	13	61
Intangível	12	28
TOTAL DO ATIVO	798.434	825.833

Continuação	
Outros assuntos	
Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)	
As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.	nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
	Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
	Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
	Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
	Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
	Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
	▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
	▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
	Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
	Forneçemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
	Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
	Porto Alegre, 23 de março de 2026.
	 BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 RS 005519/F-0 Diego Cavalcante Bastos Contador CRC 1 SP 292913/O-9 – S - RS